

AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE UMA SOBERANIA ALIMENTAR: UM OLHAR A PARTIR DE CUBA

Temática 7: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Reinaldo Sousa

Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

reinaldosousasousa@hotmail.com

Resumo

Cuba é, indiscutivelmente, um exemplo na produção de uma agricultura agro-ecológica na América Latina. Trata-se de um país que, dadas as circunstâncias políticas (marcadas pela planificação), não cedeu às tentações de uma agricultura de mercado, caracterizada, sobretudo, pela prática do agronegócio, modelo caracterizado pelo uso intensivo de sementes transgênicas, pelo uso de pesticidas e pela vocação única e exclusiva para o mercado. É fato, e discutiremos isso ao longo do texto, que algumas células desse modelo, a exemplo do uso de agrotóxicos, da própria transgenia e o uso de fertilizantes químicos, já estão presentes na ilha. Contudo, essa não é a regra ao modelo agrícola ali praticado. Ao contrário, trata-se mais de uma tentativa de sobrevivência às adversidades naturais e políticas que uma opção. A realização entre os meses de fevereiro e julho de 2014, de um Doutorado Sanduíche neste país, nos permitiu ver essa realidade de perto para poder confrontá-la, em estudo posterior, com a realidade brasileira. O estudo, que se desenvolveu ao longo de seis meses, constituiu-se de uma intensa revisão bibliográfica, saídas à campo, realização de entrevistas livres e semi-estruturadas com camponeses e representantes do poder público, presidentes de cooperativas, além da participação em grupos de discussão. Os resultados, ainda preliminares, apontam para mudanças significativas no modelo agrário cubano, que já apresenta problemas ligados à produção de alimentos, aquisição de insumos, maquinários, crédito, etc. fato que corrobora para a dificuldade na permanência e manutenção das propriedades agrícolas. Contudo, apesar das limitações, o país continua sendo um exemplo na busca de uma Soberania Alimentar. A metodologia “De Camponês a Camponês”, ali adotada, tem contribuído substancialmente para isso.

Palavras-Chave: Soberania Alimentar – Transgênicos – Camponês a Camponês

Introdução

Pensar a auto-suficiência, ou dito de outra forma a soberania alimentar, além de um dever do Estado, seja ele de economia de mercado ou capitalista, é uma obrigação de toda a sociedade. Não se pode, ou ao menos não se deve, outorgar essa segurança a um grupo de empresas ou bancos de capilaridade internacional. Nesse sentido, urge pensar um modelo de prática agrícola que permita não só uma produção em quantidade como em qualidade, capaz de assegurar a todos os países e pessoas um mínimo necessário para que sobrevivam com dignidade. Cuba, país de regime socialista, se insere no grupo de países que buscam essa soberania. Sua agricultura, apesar das limitações naturais e das dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, ainda pode ser considerada um exemplo de modelo agro-ecológico. A realização de um Doutorado Sanduíche, realizado na ilha entre os meses de fevereiro e julho de 2014, me fez comprovar essa realidade. Na oportunidade, pude verificar em várias partes da ilha, exemplos de práticas agrícolas agro-ecológicas e conversar com diversos camponeses acerca das possibilidades e limitações dessa prática. Em síntese o que se percebe é um intenso grau de consciência da parte não só dos camponeses, como da sociedade em geral em torno de uma prática agrícola que seja o mais saudável possível.

Uso de Transgênicos em Cuba: prenúncio do agronegócio ou adequação necessária?

Pensar práticas agrícolas típicas do agronegócio em Cuba, país cujo sistema é caracterizado antes de tudo pela socialização das terras, pela planificação da economia é, no mínimo, uma contradição. Contudo elas já se manifestam, ainda que em fase embrionária, na ilha. Contrastando com a imagem de um país exemplar na prática agro-ecológica e exemplar na metodologia *camponês a camponês*, começa a despontar no país, contraditoriamente, práticas que podem levar a agricultura da ilha, inevitavelmente, a um modelo agrícola de mercado cuja principal representação é o agronegócio. Modelo que para o Professor Bernardo Mançano Fernandes¹ nada mais é do que novo nome dado ao modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Ou seja, um modelo cuja origem está ligada ao modelo de *plantation*, onde grandes propriedades monocultoras são utilizadas para produção em grande escala e para exportação e que quase sempre vem acompanhado do uso intensivo de herbicidas, sementes transgênicas e uso intensivo de máquinas. Para ele, essa nova denominação tem também um caráter ideológico cuja intenção é mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. Ou seja, “[...] uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista”.

Do ponto de vista do sistema econômico, o agronegócio é um conjunto de empresas que concentra grande poder financeiro e controla o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura, pecuária e indústria, induzindo a população ao consumo de alimentos industrializados. Nas últimas décadas tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão das monoculturas com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos (ABRA, 2007, p. 22)

Para uma melhor compreensão desse modelo, optamos por usar um quadro organizado pelo professor Girardi (quadro 01) que mostra muito bem as principais diferenças entre o agronegócio e a prática camponesa, muito comum em Cuba. Em linhas gerais o que se percebe é que o modelo do agronegócio serve e atende muito mais aos interesses do mercado que à sociedade em geral. Trata-se de um modelo que prioriza o uso intensivo de máquinas e outros utensílios em detrimento do trabalho humano e cujo objetivo principal é a geração, cada vez maior, de lucro. Prática completamente contrária ao modelo praticado pelo campesinato cuja ênfase está na produção saudável, na geração de trabalho humano, na auto-suficiência e só em última instância no mercado.

¹ “Modelos de Desenvolvimento em Conflito: O Agronegócio e a Via Camponesa”.

AGRONEGÓCIO	CAMPESINATO
Centralização	Descentralização
Controle centralizado da produção; Processamento e mercado; Produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número; Menor número de agricultores e de comunidades rurais.	Maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais; Produção pulverizada (maior número de estabelecimentos e agricultores), controle da terra, recursos e capital.
Dependência	Independência
Abordagem científica e tecnológica para produção; Dependência de <i>experts</i> ; Dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; Dependência de mercados muito distantes.	Unidades de produção menores; Menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; Auto-suficiência individual e da comunidade; Ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
Competitividade e interesse próprio; Agricultura considerada um negócio; Ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro.	Maior cooperação; Agricultura considerada um modo de vida, além de um negócio; Ênfase numa abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.
Especialização	Diversidade
Base genética limitada utilizada na produção; Predomínio da monocultura; • Separação entre agricultura e pecuária; • Sistemas de produção padronizados.	Ampla base genética; Incorporação da policultura e rotação; Integração entre agricultura e pecuária; Heterogeneidade de sistemas agrícolas; Interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais).
Exploração	Abdicação
Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a conseqüências ambiental e social de longo prazo; Dependência de recursos não renováveis; Consumismo impulsiona o crescimento econômico; Hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura locais.	Custo total contabilizado; Resultados de curto prazo igualmente importantes; Amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis; Consumo sustentável, estilo de vida mais simples; Acesso equitativo a necessidades básicas; Reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.

Quadro 01 - Elementos Estruturais do Agronegócio e do Campe sinato

Fonte: GIRARDI (2008) adaptado por Reinaldo Sousa

Em conversa com um representante da *Cooperativa Agrícola Alberto Torres*, na província de Mayabeque, foi possível ouvir e confirmar a prática. Quando perguntado acerca do uso de sementes geneticamente modificadas, o camponês não teve problema em dizer que sim, que as utiliza ao menos na plantação de milho. Mais que isso, quando questionado sobre a aquisição dessas sementes, foi enfático ao responder que elas são adquiridas em órgãos do governo ligados ao Ministério da Agricultura. Essa fala ratificou o que já havíamos ouvido de Juan José León, da Direção de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, acerca do uso de transgênicos para cultivo de batatinha. Sua argumentação, para o uso desse tubérculo, é de que as condições naturais de clima e solo não permitem a prática sem o uso de transgênicos.

Ademais, é importante dizer que a prática dos transgênicos está normatizada pelo governo cubano através da resolução nº. 180 de 2007, publicada na *Gaceta Oficial de Cuba*, de 19 de dezembro deste mesmo ano. No artigo 17 desta edição se oficializa a possibilidade de uso de transgênicos. O texto do capítulo deixa claro que “[...] para el caso de la importación de organismos modificados genéticamente cuyo destino sea su liberación al medio ambiente, la licencia es expedida dentro del plazo de doscientos setenta (270) días naturales computados a partir de la fecha de recibo de la documentación correspondiente”, preocupando-se somente com o prazo da licença, mas não com a negação do seu uso.

Além disso, é importante destacar o fato de algumas empresas multinacionais, a exemplo da *Syngenta* e da *Bayer*, líderes mundiais na comercialização de agrotóxicos, estão presentes no território, expandindo seus produtos e arrolando os mais diversos argumentos das supostas “benesses” da sua prática. A figura a seguir, extraída da Revista da Associação de Técnicos Açucareiros de Cuba, elucida muito bem essa questão.



Figura 01 – Revista da Associação de Técnicos Azucareros de Cuba, edição nº 03 de setembro de 2013
Org. Reinaldo Sousa

É importante atentar para as “*frases de efeito*” que aparecem na veiculação comercial destas duas empresas numa revista de grande circulação e sob a tutela governamental. Na primeira frase, atribuída à Syngenta, aparece “[...] *la mano amiga del agricultor cubano... brinda sus productos líderes en caña*”. Na segunda frase, atribuída à Bayer consta que “[...] *desaparece las malezas por arte de magia...*”. Como se vê, as duas empresas estão mais que amigas de alguns produtores e agremiações de Cuba. Por sorte, esta ainda é uma realidade pouco significativa no contexto geral da agricultura neste país. Contudo, é preocupante a sua presença na ilha para quem conhece de perto seu *modus operandi*.

Nesse sentido, as práticas típicas do agronegócio têm avançado, mesmo que sutilmente, primeiro, pelas dificuldades pelas quais passa esse país depois do que se denominou de *Período Especial*², sobretudo pela pouca capacidade de produzir alimentos numa escala que permita atender a todos e segundo pelos falsos argumentos arrolados pelos seus defensores. Diz-se, por exemplo, que o agronegócio gera muitos empregos no campo, o que constitui uma grande mentira. Segundo P. Fearnside, professor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), “[...] a soja gera somente um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao seu alto grau de mecanização [assim, pelo menos] para cada trabalhador que encontrou emprego no cultivo da soja, 11 agricultores foram deslocados (CANUTO, 2004, p. 04).

Outra grande mentira contada pelos defensores da ideologia do agronegócio diz respeito à sua grande produção. Ou seja, costuma-se dizer que esse modelo é responsável pela maior produção do setor, o que à rigor não retrata a realidade. A maior parte dos alimentos que se consome é produzido pelos camponeses, pelos agricultores pequenos. O que o agronegócio produz, na verdade, são cultivos voltados para abastecimento do mercado de combustíveis ou monoculturas que servem tão somente para a alimentação bovina. Assim, o discurso é falso quando pensamos na produção mais importante para a sociedade que é a produção de alimentos básicos. Além disso, “[...] toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do Agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país” (CANUTO, 2004, p. 02/03).

Outro argumento muito veiculado é o de que “[...] os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido”

² Período de grande escassez que corresponde à década de 1990, quando houve a queda da União Soviética e consequente enfraquecimento econômico da ilha.

(CANUTO, 2004, p. 02/03). A essa prática se dá o nome de *desenvolvimento* que, na realidade, não passa do que Canuto (2004) classificou de *modernização conservadora*. Nas suas palavras,

[...] a modernidade tem sido um poderoso meio de colonização [...] que, na verdade, é a moderno - colonialidade que vem caracterizando nossa formação social nos oferecendo mais do mesmo, sempre. Enfim, em nome da modernidade nos colonizam por meio da colonialidade do pensamento e da violência, prática com que abre caminho para o (seu) progresso. É preciso ir além da modernidade colonial (CANUTO, 2004, p. 02/03).

Recentemente, alguns meios de comunicação de Cuba anunciaram, com certo entusiasmo, o plantio do milho tipo *Bt* transgênico para reprodução de sementes pelo país. Trata-se de uma decisão séria e que carece de uma ampla discussão com a academia e, sobretudo, com a sociedade. Afinal, esta é uma decisão que atingirá não só os camponeses, que lidam diretamente com a terra, mas a sociedade como um todo. Essa prática, que já é uma realidade na ilha, contrasta com a imagem de um país forte numa agricultura que prima pelo equilíbrio ambiental, social e econômico. Contrasta com a prática exemplar do modelo agroecológico e da metodologia camponês a camponês, muito forte no país.

Para o biólogo e especialista em agroecologia, e que tem estudado os impactos dos cultivos transgênicos, Peter Rosset (2009) um cultivo transgênico em Cuba não é menos danoso que qualquer de outro país, afinal os males dessa natureza são intrínsecos à própria natureza tecnológica. Nesse sentido, não é válido o argumento de que “*em Cuba vai ser diferente*”. Os problemas derivados desta prática não cessarão pelo simples fato de as sementes estarem sendo plantadas num país cuja estrutura política é diferente. E estes problemas não são tão simples como se tem propagado por aqui. Ao se plantar milho transgênico, por exemplo, “[...] al aire libre, se corre el riesgo de contaminar las variedades normales, que pueden sufrir degradación genómica, con riesgo hasta de su posible desaparición al no producir semillas [...]” (ROSSET, 2009, p. 302). Assim,

En Cuba, donde el fitomejoramiento participativo entre la población campesina ha avanzado mucho y generado nuevas variedades importantes, debe haber especial preocupación. Las nuevas variedades, junto a las tradicionales <rescatadas>, estarían en riesgo de contaminación transgênica y degradación genómica. (ROSSET, 2009, p. 302).

A molécula produzida no milho *Bt*, diferentemente da natural, afirma Rosset (2009) é tóxica para os inimigos naturais de tal forma que pode interferir no controle natural das populações de pragas e, ainda, causar seu aumento em vez de diminuir. Além disso, os alimentos com transgênicos podem causar efeitos tóxicos dentre os quais problemas hepáticos, pancreáticos, renais ou até mesmo reprodutivos. Sabendo disto, o que se questiona em seguida é porque se praticar esse modelo em Cuba?

En el caso cubano, no hay por qué sembrar un maíz Bt transgênico. [...] En primer lugar, por los riesgos que representa; en segundo, porque no es necesario. El objetivo del maíz Bt transgênico es controlar las plagas de lepidópteros. Sin embargo, en Cuba tal problema no es grave, y para los niveles en que se presentan, hay métodos eficaces, desde el control biológico hasta el manejo agroecológico, pasando por el manejo integrado de plagas” (ROSSET, 2009, p. 303).

Está provado em vários estudos desenvolvidos na América Latina e que já são de domínio público que “[...] la agricultura ecológica tiene costos de producción [...] mucho más bajos, logra una productividad total por hectárea muy superior, sufre menos daños por los ciclones y las sequías, y se recupera de forma más acelerada que la agricultura convencional de monocultivos con agroquímicos” (ROSSET, 2009, p. 303/304). Assim, porque a opção por uma agricultura cuja

finalidade é atender tão somente ao mercado e traz sérios danos à saúde das pessoas, animais e meio ambiente? A contradição aumenta quando se sabe, através de declaração da própria Via Campesina, em abril de 2009 na Espanha, que muitos países europeus, a exemplo da França, Polônia, Áustria, Luxemburgo, Grécia, Hungria e Alemanha têm proibido o uso de transgênicos. O Governo do Butão, país com cerca de 750 mil habitantes, acaba de anunciar que até o ano 2020 o país só produzirá alimentos ecologicamente corretos.³

O pesquisador Wan-Ho (2009) reuniu em seu trabalho de investigação intitulado “*Confirmado: La Modificación Genética es Peligrosa e Inútil*” uma série de problemas (contra-argumentos) acerca do uso dessa tecnologia na agricultura. Os resultados são assustadores. Reunimos, para este trabalho, alguns destes resultados e lhes apresentamos em seguida:

[...] La Dra. Irina Ermakova de la Academia de Ciencias Rusa demostró que la soya modificada genéticamente provoca que las crías de ratas nazcan demasiado pequeñas y anormales, que más de la mitad muera en tres semanas y que las restantes quedan estériles. En la India, [...] Miles de ovejas murieron luego de pastar en los residuos de algodón Bt, y entre 2007 y 2008 sucedió lo mismo con cabras y vacas. [...] También se ha observado esterilidad en las crías de los animales expuestos. Una proteína de frijol inocua transferida a chícharos, cuando se probó en ratones, causó inflamacione severa en las patas y provocó sensibilidad generalizada a los alimentos. Docenas de pobladores del sur de Filipinas enfermaron cuando florecieron los campos de maíz modificado genéticamente em 2003, al menos cinco murieron y otros aún permanecen enfermos. Una docena de vacas murió luego de ingerir maíz modificado genéticamente em Hesse, Alemania, y otras del próprio rebaño tuvieron que ser sacrificadas por enfermedades misteriosas. [...] Arpad Puszt y colegas suyos en el Reino Unido descubrieron que las papas modificadas genéticamente con lectina dañaron los sistemas de órganos de las ratas jóvenes; en tanto las paredes del estómago se engrosaron el doble que las de los testigos. [...] Y finalmente, el maíz Mon 863, que se decía tan seguro como el maíz no modificado genéticamente, y aceptado como tal por la Autoridad Europea de Seguridad Alimentaria, resulto tóxico en hígado y riñon, según análisis de científicos franceses independientes (WAN HO, 2009, p.230/231).

Segundo Canuto (2004) no *Jornal Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro) de 5 de dezembro de 2003, há uma matéria creditada ao jornalista Antonio Avellar onde consta um estudo realizado em Ontário (Canadá) que, dentre outras coisas, comprova que o *glifosato* tem provocado abortos e nascimentos precoces em famílias da zona rural. Os testes feitos em ratos de laboratório demonstraram alterações na quantidade e qualidade dos espermatozóides e outros malefícios. Para Avellar, o glifosato (RoundUp™), herbicida básico da soja, sobretudo da transgênica, não se mostrou o produto inofensivo à saúde humana e ambiental que tentam vender (Canuto, 2004). Assim, é preciso que Cuba leia com cuidado os argumentos arrolados pelas grandes corporações internacionais de defesa e prática do agronegócio a partir do uso de sementes geneticamente modificadas, a exemplo da *Monsanto, Syngenta, Bayer, Dupont y Dow AgroScience*, dentre outras, afim de que não caias numa armadilha da qual é muito difícil escapar. O Brasil, considerado uma grande potência agrícola internacional, caiu nesta armadilha e está pagando um preço social muito alto por esta opção.

Uma pesquisa que durou três anos, feita por médicos e estudantes do Programa de Vigilância da Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos, da Unicamp, coordenada pelo professor Ângelo Trapé, apresenta dados alarmantes. A pesquisa concluiu que cerca de 1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras do campo, expostos ao contato prolongado com os agrotóxicos, estão contaminados e

³ Disponível em: www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/butao-pais-agricultura-organica.html acesso em 22 de janeiro de 2015.

apresentam problemas renais, dermatológicos, neurológicos, hepáticos ou gastrointestinais. [...] Outra pesquisa, realizada em Pernambuco, indicou perda de audição em 63,8% de 98 pessoas que tinham contato com inseticidas. Também os suicídios podem estar ligados ao uso dos agrotóxicos, pois estes atingem o sistema nervoso central e provocam depressão (CANUTO, 2004, p. 09).

César Augusto Sandri, professor da Faculdade de Agronomia de Mineiros (GO) relata que uma amiga, médica do Hospital Municipal da cidade de Chapadão do Céu, cidade deste Estado rodeada de lavouras de soja, tem observado um número muito grande de nascimentos prematuros na cidade. Segundo o médico ela tem suspeitado que as causas sejam decorrentes do uso de agrotóxicos nas lavouras. Em Mineiros, outra cidade vizinha, o mesmo fenômeno tem acontecido com o agravante de muitos abortos (CANUTO, 2004).

Segundo dados apontados por Altieri (2009) o Brasil produziu, em 2007, ao menos 750.000 hectares de soja do tipo Roundup Ready para produção de biodiesel e que a Syngenta já teria desenvolvido outra espécie de milho transgênico (evento 3272) com a enzima *alfa amilasa*, que contribui para o aumento na produção de etanol, para uso neste país. Este exemplo muito simples serve para elucidar os efeitos de dominação que esse grupo implementa ao entrar em um país, ou seja, estarão sempre desenvolvendo novas espécies transgênicas afim de que o domínio territorial permaneça. Ademais, pesa contra o agronegócio as cifras de absorção de mão-de-obra. Ao contrário do que se prega, o agronegócio não está gerando um “semnúmero” de empregos no campo (CANUTO, 2004). O que se tem visto, por exemplo, no Brasil (gráfico 01) é o contrário, ou seja, a pequena propriedade é quem responde, na verdade, pela maior parte da absorção da mão de obra, 95% no total, contra apenas 4,03% daquela absorvida pelas médias e grandes propriedades.

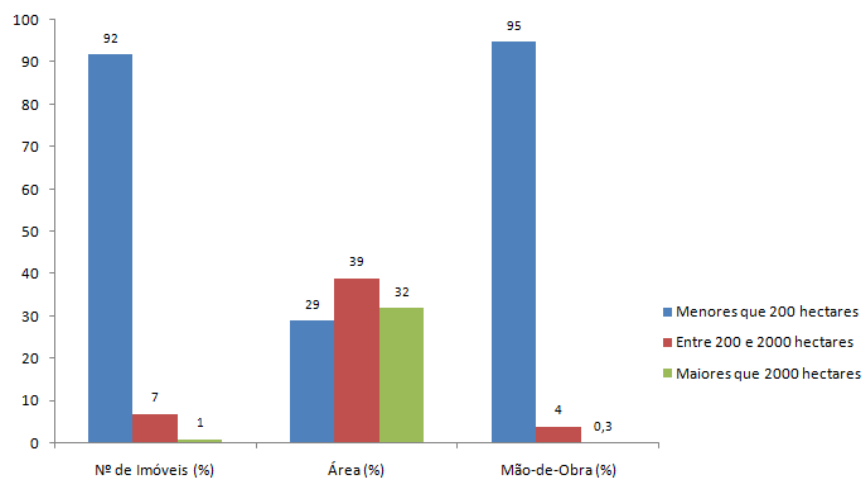


Gráfico 01 Brasil: absorção de mão – de – Obra por imóveis
Fonte: INCRA (2003)
Org. Reinaldo Sousa

Ademais, essa tecnologia agrícola anda junto com relações de trabalho atrasadas e análogas ao trabalho escravo (CANUTO, 2004). Outra linha de argumentação muito utilizada é a de que os avanços tecnológicos propiciados pela prática do agronegócio constituem a modernização do campo. Isso se dá pela produtividade crescente, pelo aumento constante das safras e receitas econômicas. Ou seja,

O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da moderna agricultura. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do

Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência (CANUTO, 2004, p. 01).

Algumas mudanças estruturais que estão ocorrendo em Cuba, a exemplo da criação de infraestruturas mínimas como o Porto de Mariel (figura 02), construção de grandes rodovias, linhas férreas, etc. pode ser o primeiro passo de uma série de medidas adotadas pelo capital do agronegócio para entrar no país e instalar seus tentáculos de perversidade, espero estar errado nessa afirmação. Depois desta primeira etapa seguirão as buscas por influência no meio político, nas tomadas de decisão e para criação de leis que lhes favoreçam, pagamentos de propinas para corrupção etc. assim, é preciso muito cuidado ao optar por esta via do desenvolvimento e evolução da agricultura. É preciso, neste sentido, evitar a extrema verticalização das decisões. As comunidades de base, sobretudo os camponeses, têm que ser consultadas. A opção por esse modelo, que a nosso ver deve ser a última, tem que ser tomada coletivamente e não tão somente por um grupo técnico de dirigentes que, na maioria das vezes, não conhece a realidade agrária como os camponeses que conhecem e propõem um modelo alternativo: a produção agroecológica.



Figura 02 - Porto de Mariel.
Foto: Reinaldo Sousa

Em busca de uma soberania alimentar: a agroecologia, uma alternativa viável?

Não se pode conceber o futuro da agricultura em Cuba sem levar em consideração como se constituiu a estrutura agrária, como se deu a constituição das organizações camponesas e a evolução da estrutura territorial da economia nacional (SORZANO e SOUSA, 2012). Indiscutivelmente a fome é, hoje, um dos temas mais graves da humanidade. Na “Cúpula Mundial Sobre Alimentação”, realizada em Roma no ano de 1996, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o compromisso coma Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar do Mundo (GONZÁLEZ, 2006). Mas, de lá para cá não houve muitos avanços. A fome continua a matar milhões de pessoas pelo mundo. Assim, urge pensar não só na questão da Segurança Alimentar, como numa Soberania Alimentar. É necessário que “[...] las causas principales de la subnutrición – desde la pobreza, la deficiente y mala infraestructura, hasta la limitada inversión en la agricultura – sean resueltas, así como lograr los niveles de equidad imprescindibles” (GONZÁLEZ, 2006, p. 171). Para tanto não basta ter comida em quantidade na mesa, é preciso que este alimento seja, também, de qualidade. Que sua produção não seja fruto da escravidão humana, moeda ou interesses políticos de um pequeno par de países e que não esteja acompanhada de maus tratos ao meio ambiente, ou que ao menos gere o menor impacto possível. Afinal,

[...] alimentarse es un derecho humano fundamental. Todos los ciudadanos del mundo tienen derecho a acceder en todo momento y con seguridad, al agua y a alimentos nutritivos y libres de peligros para la salud, en la medida necesaria para sostener con dignidad una vida sana y activa (GONZÁLEZ, 2006, p. 170).

Dados Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO, organismo cuja lógica é do discurso do sistema, apontam, que um em cada oito habitantes do mundo passa fome. Essa realidade não é diferente no Brasil. A saída para esse problema perpassa, a nosso ver, pela mudança na forma como se tem usado a terra. Não é mais possível permanecer praticando uma distribuição de terras que não permite uma produção em quantidade e qualidade suficiente para todos os brasileiros. Assim, é preciso que o Estado assuma o seu verdadeiro papel social e altere a estrutura agrária brasileira. Daí a importância de um estudo comparativo com a realidade cubana.

Isso só é possível mediante uma reforma agrária que considere os agentes centrais da produção de alimentos, a exemplo da classe camponesa, e não apenas o agronegócio, como tem sido feito atendendo à lógica da segurança alimentar em detrimento do que estamos chamando de soberania alimentar. Ou seja, um modelo cujos parâmetros consideram a produção, a distribuição e o consumo de alimentos “[...] com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica, que sejam protegidos dos acordos comerciais, respeitados os aspectos culturais ou os hábitos alimentares dos povos, e abastecimento dos mercados locais de acordo com a demanda” (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 115). Esse conceito de produção também traz, em sua definição, os desafios de possibilitar ações práticas de combate à fome, a pobreza e a miséria. Não numa perspectiva da chamada segurança alimentar, que se molda numa perspectiva de mercado e manutenção de estoques, mas como possibilidade de autonomia (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, às sementes, à biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 115).

A ideia de soberania alimentar está fundamentada no direito inalienável de acesso total de todos os povos do planeta a uma alimentação saudável e produzida respeitando-se a cultura, a natureza, as técnicas de todas as comunidades (DEMARAIS, 2007 apud FONTES, 2013). Está associada, portanto, a “[...] múltiplas questões, como por exemplo fome, alimento, política pública, modelo de desenvolvimento, relações sociais, tecnologia, trabalho, governo, campesinato, agronegócio, questão agrária, entre tantos outros” (FERNANDES, 2008, p. 13).

Essa perspectiva de produção, muito peculiar à classe camponesa, “[...] permite plena autonomia para decidir o que vai plantar e como vai plantar, sendo seus compromissos com a família e com a natureza, que provém, por intermédio do seu trabalho, o sustento. Dessa forma, o agricultor é o sujeito do seu próprio desenvolvimento” (FONTES, 2013, p. 21). Contudo, reforçamos, há que se mudar o atual papel do Estado, afim de que as políticas públicas sejam, de fato, fomentadoras de autonomia. Afinal,

[...] la elaboración de políticas públicas efectivas que contribuyan al desarrollo de la producción agropecuaria, la sustitución de importaciones, el logro de la seguridad y soberanía alimentaria, están entre las grandes metas que todo Estado debe perseguir para el mayor bienestar de su pueblo. Cuba se enfrenta a ese reto y ha hecho de la soberanía alimentaria una cuestión de seguridad nacional (SORZANO, 2013, p. 03).

Cuba, país latino-americano cuja organização social e a base de produção de alimentos são pautadas no socialismo e na produção camponesa de alimentos, tem buscado, ao longo das últimas décadas, atingir a Soberania Alimentar. Essa busca começa a ganhar força ainda na década de 1990 em função da escassez produzida pelo Período Especial. Mas, Cuba não foi, desde sempre, a república socialista que é hoje. Na verdade,

A Cuba Republicana de Fulgêncio Batista apresentava um modelo de desenvolvimento do campo, cuja estrutura de poder baseava-se na acumulação capitalista advinda, principalmente, da produção de açúcar [...] O poder político encontrava-se concentrado nos militares, e, o poder econômico no setor agropecuário, cuja participação de empresas estrangeiras e americanas era significativa (RAMOS FILHO, 2008b, p. 151).

Nesse período, a questão agrária assentava-se no binômio latifúndio – minifúndio e a concentração fundiária era semelhante à do Brasil atual, ou seja, dominada pela volúpia do capital externo (RAMOS FILHO, 2008b). Assim, se fazia necessário uma produção interna para “[...] para garantir el auto consumo de la población en las ciudades” (SORZANO, 2013, p. 03).

Portanto, a reforma agrária estava associada ao processo de ruptura com a antiga estrutura de dominação social, de construção de um modelo produtivo voltado às necessidades internas de alimentação, no qual a agricultura seria convertida no motor do processo de diversificação econômico-produtiva do país [...] (RAMOS FILHO, 2008b, p. 152).

O objetivo era combater o modelo de produção capitalista, baseado em *commodities* voltadas para o mercado externo, e atender às necessidades da população. Esse modelo está associado a um “[...] desenvolvimento que além de atingir diretamente a população desafia a soberania dos países. A produção de alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional está relacionada ao uso dos territórios dos países pobres e à dependência tecnológica e econômica dos países ricos” (FERNANDES, 2008, p. 08). Assim,

[...] defender a idéia de soberania alimentar e transformá-la em política pública, significa assumir uma posição contra as políticas de commodities – das agriculturas agroexportadoras do agronegócio que provocam a fome no mundo. Significa defender a qualidade dos alimentos para o bem da saúde pública, utilizar tecnologias apropriadas que não destruam o meio ambiente, ou seja, significa respeitar a natureza, o tempo e o espaço da vida. (FERNANDES, 2008, p. 13)

Ou seja, significa fazer uma defesa da produção local e isso é bater de frente com os interesses da grande produção industrial agroexportadora (FERNANDES, 2008). Por conta disso, aqueles que defendem o agronegócio falam de segurança alimentar⁴ e nunca de soberania alimentar. Mesmo porque no seio da ideia de soberania alimentar, frutifica-se uma importante questão territorial que é a reforma agrária (FERNANDES, 2008) que em nada agrada os defensores do agronegócio. Mas, “[...] há uma experiência de aprimoramento da agricultura camponesa em curso, a partir da agroecologia, que tem se tornado um campo de resistência ao agronegócio (ROSSET apud FERNANDES 2013, p.79). Esse modelo, uma das dimensões da soberania alimentar, surge como uma resposta, como uma possibilidade de resistência ao impacto da agricultura neoliberal e da globalização econômica (GUZMÁN e MOLINA, 2013). Isso por si só já gera uma série de conflitualidades com o modelo de produção industrial do Agronegócio, ou seja, conflitos por territórios. Este modelo, centrado no manejo inteligente do solo, na baixa utilização de capital, no

⁴ “[...] uma política compensatória que garante parcialmente alimentos industrializados para as populações pobres, mas não garante a população faminta, o direito de produzir seu próprio alimento”. (FERNANDES, 2008, p. 14)

uso de pouca terra e na baixa energia inanimada (GUZMÁN e MOLINA, 2013) é uma das manifestações concretas da soberania alimentar e já se propaga no Brasil.

Mas, sua prática não é tão simples. Fazer uma agricultura agroecológica significa, dentre outras coisas, possuir um conhecimento profundo das características naturais dos solos, do comportamento da natureza em seus mais variados aspectos (clima, relevo, hidrologia, etc.). Assim, “[...] para replanteo de una nueva agricultura sobre la base de los principios agroecológicos, se requiere conocer las deformaciones originadas por la agricultura industrial, los daños causados, así como las potencialidades de los sistemas agroecológicos existentes (GONZÁLEZ, 2006, p. 79). Essa prática, que também já é uma realidade embrionária em muitas propriedades camponesas no Brasil, é muito comum em Cuba (figura 01).



Figura 01 – Produção Agroecológica em Viñales - Cuba
Foto: Reinaldo Sousa

Trata-se de um modelo de produção que visa não só a produção de alimentos ecologicamente corretos, como também a autonomia dos camponeses em relação ao mercado. Essa prática tem sido compartilhada entre os camponeses de Cuba através da troca de experiências entre eles em uma metodologia chamada de “*Camponês a Camponês*”. Essa metodologia, que busca fazer intercâmbio para troca de conhecimentos tradicionais quanto ao uso e manejo da terra entre camponeses de distintas regiões, tem sido praticada, também, no Brasil. Constitui-se numa busca por alternativas ao modelo de mercado. Nessa metodologia o produtor rural busca um equilíbrio com o meio ambiente. Ele se ente parte do meio e busca, das mais variadas formas, um convívio com a menor agressividade possível.

La metodología campesino a campesino apoyada por investigadores desempeña un papel clave en este proceso. Ello significa apartarse de la instrucción de arriba hacia abajo para facilitar el aprendizaje de agricultores, investigadores y extensionista en conjunto. (ALTIERI, 2010 p. 07)

Dessa forma, “[...] em contraste com os mais modernos sistemas de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implantar e desenvolver sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais” (PALERM apud GUZMÁN e MOLINA, 2013, p. 72). Esse modelo está sendo copiado, com relativo sucesso, pelo Brasil. O importante é que se continue na busca por uma prática coletiva em nível de Brasil e que não se deixe contaminar pelos falsos

discursos legitimadores da segurança alimentar. Um discurso que difunde a biotecnologia como paradigma hegemônico e proclama uma urgente necessidade de cultivos transgênicos (GUZMÁN e MOLINA, 2013).

Una alternativa posible y viable pudiera ser aquella que desarrolle un sistema [...] sobre la base de los principios agroecológicos tomados de nuestras propias raíces y complementado con los adelantos de la ciencia y técnica, que garantice el equilibrio biológico y social del campo [...] (GONZÁLEZ, 2006, p. 73).

Assim, concordando com Altieri (2010), creio que o conceito de Soberania Alimentar deveria se transformar numa política chave, uma vez que se constitui na única alternativa viável para um sistema alimentar que não dependa de importação de insumos e tecnologias caras. O exemplo já existe. Afinal,

(...) hay por lo menos cien mil familias afiliadas a la ANAP que logran niveles de productividad por hectárea capaces de alimentar entre cinco y quince personas. Todo esto lo consiguen con tecnologías autóctonas (lombricompost, organismos eficientes, etc), sistemas de producción diversificados (policultivos, rotaciones, integración animal, sistemas agroforestales y silvopastoriles, etc.) y generando sus propias fuentes energéticas (mano de obra humana-animal, biogás, molinos de viento, etc.) (ALTIERI, 2010 p. 04).

Sabemos que muitos teóricos e políticos argumentam que as pequenas propriedades familiares são atrasadas e improdutivas. Contudo, o que se tem visto em centenas de investigações por todo o mundo é o contrário, ou seja, que estas propriedades “[...] son mucho más productivas que las grandes fincas, si se considera la producción total en vez de los rendimientos de cada cultivo o especie animal” (ALTIERI, 2010 p. 05). Esta relação inversa entre o tamanho da propriedade e da produção total, afirma Altieri, pode ser atribuída ao uso mais eficiente da terra, da água, da biodiversidade e outros recursos agrícolas comuns no dia a dia dos pequenos agricultores.

Enfim, as contradições, quanto à produção agrícola no campo cubano, podem ser minimizadas se acreditarmos que outro modelo é possível e que as mentiras contadas pelo grande capital podem ser substituídas por verdades mais consistentes e realidades menos danosas ao meio e, sobretudo, à sociedade. Afinal, “[...] la humanidad necesita un paradigma alternativo de desarrollo agrícola, uno que fomente una agricultura biodiversa [...] y socialmente justa (ALTIERE, 2013, p. 198).

Para Não Concluir, Algumas Considerações Finais

A experiência da agricultura agro-ecológica tem mostrado, em várias partes do mundo, que pode ser uma alternativa viável à agricultura convencional. Essa prática, muito comum entre os camponeses cubanos, tem sido utilizada, com êxito, em muitos países latino-americanos. Contudo, o modelo de agricultura de mercado, representado pelo agronegócio tem avançado e substituído, em muitos espaços, essa prática. Urge, nesse sentido, propagar esse conhecimento e não permitir que ele seja substituído por um modelo cujo corolário é a produção para o lucro. Não se pode permitir que essa agricultura, que valoriza a produção sem agrotóxico, a preservação do meio ambiente e a produção com primeiro objetivo de garantir a soberania alimentar dos povos, seja trocada por um modelo que pouco se preocupa com o bem estar e qualidade de vida dos indivíduos.

Penso que a metodologia “*Camponês a Camponês*”, em que a troca de experiência de práticas alternativas de cultivos é uma realidade, seja um primeiro passo a ser dado. Para isso é importante não só a conscientização dos camponeses como uma atuação concreta do poder público em dar estímulos técnico – financeiros e coordenar as ações necessárias a esta prática. Os exemplos já existem, basta que sejam melhorados, aperfeiçoados. Trata-se de um desafio não muito simples,

uma vez que a estrutura de poder que está por trás do agronegócio é muito grande. Enfrentar o capital não é tarefa das mais simples. Contudo, se isso foi possível em Cuba é possível de ser feito também em outras partes do mundo. Afinal, o rastro deixado pelo capital no seu caminho de ida pode, muito bem, ser perseguido de volta.

Referências

- ABRA. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Volume 34, nº 02, jul /dez, 2007
- ALTIERI, Miguel A; CLARA, Nichols. **Agroecologia: Única Esperanza para la Soberanía Alimentaria y la Resiliencia Sociológica**. In: RAMOS, Gian Carlo Delgado. *Economía Verde*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013.
- CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. *Revista Nera*, ano 7, n. 5 – agosto/dezembro de 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Questão Agrária no Brasil: Debate Paradigmático e Desenvolvimento Territorial**. In: PAES, Silva e Matias (Org.). *Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais* (ebook), 2013.
- ROSSET, Peter. **Por qué Desarrollar Cultivos Transgénicos en Cuba?** In: FUNES-MANZOTE, Fernando R; ROACH, Eduardo F. Freyre. *Transgénicos: qué se gana? Que se pierde?* (Textos para um debate en Cuba). La Habana: Acuario, 2009.
- WAN HO, Mae. **Confirmado: La Modificación Genética es Peligrosa e Inútil**. In: FUNES-ALTIERE, Miguel A. **Transgénicos y Agrocombustibles en América Latina**. In: FUNES-MANZOTE, Fernando R; ROACH, Eduardo F. Freyre. *Transgénicos: qué se gana? Que se pierde?* (Textos para um debate en Cuba). La Habana: Acuario, 2009.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira** (Tese). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2008.